

PARECER JURÍDICO Nº 117/2025

MATÉRIA: PROJETO DE LEI Nº 054/2025

SÚMULA: “AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A PRESTAR ATENDIMENTO COM AMBULÂNCIA NOS EVENTOS PROMOVIDOS PELA LIGA ESPORTIVA DE ALTA FLORESTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

AUTORIA: VEREADORA ELISA GOMES MACHADO

I- DA CONSULTA E O SEU OBJETO

**Senhor Presidente:
Senhores Vereadores:**

Foi submetido a esta Secretaria Jurídica para manifestação técnico-jurídica o Projeto de Lei nº 054/2025 de 11 de setembro de 2025, de autoria do Vereadora Elisa Gomes Machado, que autoriza o Executivo Municipal a prestar atendimento com ambulância nos eventos promovidos pela Liga Esportiva de Alta Floresta, e dá outras providências, o Projeto de Lei traz em seu bojo o seguinte pronunciamento:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município de Alta Floresta autorizado, por meio do órgão competente, a prestar atendimento com ambulância e profissionais treinados, nos eventos promovidos pela LEMAF, no âmbito do município de Alta Floresta.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.”

II- DA JUSTIFICATIVA

Na Justificativa assevera que os eventos esportivos realizados pela Liga reúnem grande número de atletas, famílias e torcedores, tornando-se ambientes de expressiva movimentação de pessoas. Nessas ocasiões, a presença de suporte médico imediato é medida de responsabilidade e segurança, garantindo atendimento rápido em casos de intercorrências, prevenindo agravamentos e preservando vidas, vejamos:

“O presente Projeto de Lei tem por objetivo autorizar o Poder Executivo Municipal a disponibilizar ambulância, acompanhada de profissionais de saúde capacitados, durante os eventos promovidos pela Liga Esportiva de Alta Floresta – LEMAF.

A LEMAF é uma entidade civil, sem fins lucrativos, com mais de quatro décadas de atuação ininterrupta em nosso município, reconhecida de utilidade pública e de grande relevância social. Sua contribuição vai além da promoção do esporte, pois fomenta a convivência comunitária, incentiva hábitos saudáveis e oferece oportunidades de lazer e integração entre diferentes gerações.

Os eventos esportivos realizados pela Liga reúnem grande número de atletas, famílias e torcedores, tornando-se ambientes de expressiva movimentação de pessoas. Nessas ocasiões, a presença de suporte médico imediato é medida de responsabilidade e segurança, garantindo atendimento rápido em casos de intercorrências, prevenindo agravamentos e preservando vidas.

Assim, a proposta apresentada não gera custos adicionais significativos ao Município, uma vez que utiliza a estrutura já existente de saúde pública, mas proporciona maior tranquilidade aos participantes e à população em geral, além de demonstrar o compromisso da gestão municipal com a proteção da vida e o incentivo ao esporte.”

O presente parecer tem por objetivo analisar a conformidade do Projeto de Lei com a legislação vigente, bem como verificar o atendimento aos requisitos formais e materiais necessários para sua validade.

Após a exposição dos fundamentos e justificativas apresentados na proposta, passa-se à análise jurídica da matéria.

III- DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

É o sucinto relatório.

Estudada a matéria, passemos a análise jurídica.

• Competência Legislativa

Da leitura da propositura, em especial, sua justificativa, se nota a indicação da finalidade a que se destina o Projeto de Lei, atendendo ao disposto na norma regimental.

O Município tem competência para legislar sobre assuntos de interesse local. A transparência na gestão dos recursos públicos, especialmente aqueles oriundos de multas de trânsito, insere-se nesse contexto, uma vez que afeta diretamente a população local e a mobilidade urbana, conforme preceitua o artigo 30, inciso I e II, da Constituição Federal de 1988:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Apesar da generalidade que pode advir da expressão assuntos de interesse local, percebe-se, nesse caso, que o preceito constitucional se enquadra no assunto debatido, uma vez que o interesse local não é caracterizado pela exclusividade do interesse, mas sim pela sua predominância, o que é aplicável à criação de datas comemorativas, concessão de honrarias entre outras, em que não haja implicações vedadas pelo ordenamento jurídico.

Nesse sentido é a doutrina do jurista, Roque Antonio Carraza, em sua obra, Curso de direito constitucional tributário. São Paulo. Malheiros. 19 ed. 2004, p. 158, in verbis:

“interesse local” não quer dizer privativo, mas simplesmente local, ou seja, aquele que se refere de forma imediata às necessidades e anseios da esfera municipal, mesmo que, de alguma forma, reflita sobre necessidades gerais do Estado Membro ou do país”.

Não há invasão de competência privativa da União (art. 22 CF), nem afronta a normas gerais de Estados.

No presente caso, o PL **não cria cargos nem gera despesa obrigatória**, apenas **autoriza** o Executivo a disponibilizar serviços de saúde já existentes em sua estrutura, nos eventos da LEMAF. O dispositivo condiciona a execução à **discrecionariade do Executivo**, sem impor obrigação imediata de custeio.

Assim, não se caracteriza vício de iniciativa, pois a norma **não invade competência privativa do Prefeito**, mas apenas faculta-lhe uma possibilidade de ação administrativa.

- **Princípios Constitucionais Observados**

Saúde como direito fundamental: O art. 196 da CF dispõe que “a saúde é direito de todos e dever do Estado”. A medida reforça a tutela da vida e a prevenção de riscos em eventos de grande aglomeração.

Eficiência e segurança: ao prever pronto atendimento, evita sobrecarga de emergências hospitalares e reduz riscos de óbitos ou agravamentos.

Supremacia do interesse público: o atendimento pré-hospitalar em eventos comunitários visa garantir proteção à coletividade.

Moralidade e razoabilidade: a justificativa destaca que não haverá aumento significativo de custos, aproveitando a estrutura já existente do Município

IV- CONCLUSÃO

Diante do exposto e das justificativas apresentadas pelo autor da propositura, ***esta Secretaria Jurídica dá-se por satisfeita, assim, S.M.J., opinamos FAVORAVELMENTE*** à tramitação e votação da presente propositura, devendo seu mérito ser submetido à apreciação do Plenário desta Casa Legislativa, respeitando-se, as formalidades legais e regimentais.

Ademais, afere-se da análise realizada, que o Projeto de Lei n.º 054/2025 está em consonância com a legislação vigente, sendo juridicamente viável sua aprovação.

Assim sendo, conclui-se que não foram encontrados vícios de inconstitucionalidade ou de ilegalidade no Projeto de Lei em análise, em atenção às normas que gerem o Município e os mandamentos Constitucionais.

Todo o exposto trata-se de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo que não impede a tramitação, não vincula as comissões permanentes, nem tão pouco reflete o pensamento dos Edis.

Nesta assentada, deve-se salientar que a presente manifestação tomou por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, carreados aos autos do procedimento administrativo em epígrafe.

Portanto, no entendimento dessa Secretaria Jurídica ***é que não há óbice jurídico ou legal à sua aprovação***, cabendo a apreciação do mérito da matéria aos Nobres Edis.

Nesse desiderato e por todo o esposado acima, o posicionamento é no sentido de que o projeto preenche as exigências normativas referentes à matéria para que possa ser implementada.

Contudo, cabe explicitar que tal parecer ***não vincula as comissões permanentes, nem tão pouco reflete o pensamento dos Edis***, que deverão apreciar o presente Projeto de Lei.

O quórum para deliberação pelo Plenário desta Casa de Leis é de maioria simples dos votos da Câmara, conforme preceitua o artigo 174, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Alta Floresta/MT.

Inexiste, portanto, qualquer óbice de natureza formal ou material que impeça sua regular tramitação e eventual aprovação pelo Plenário, ficando a análise do mérito a cargo dos Nobres Edis.

Este parecer foi exarado com base nos elementos constantes dos autos em epígrafe até a presente data, podendo ser revista sua fundamentação diante de novos elementos que venham a ser apresentados.

Salvo melhor juízo, esse é o parecer.

Alta Floresta – MT, 22 de setembro de 2025.

Kathiane C. Borges
OAB/MT 31.082

Lilyan M. da S. Nascimento
OAB/MT 33.646



Secretaria Jurídica

Secretaria Jurídica